

EDITORIAL

Com esta edição, fechamos 2003 e cumprimos os compromissos com os apoios institucionais recebidos e, principalmente, com nossos leitores, a quem solicitamos que continuem balizando a qualidade de nosso trabalho. Seus artigos, em que prevalece a temática *Políticas públicas e educação superior*, tratam de questões referentes à reforma educacional, formação de professores, mudanças nas universidades e possibilidades formativas da literatura infantil.

Daniela Silva Costa Campos, em “As políticas públicas de inclusão e a lógica classificatória iluminista”, discute a expressão “inclusão escolar” no âmbito das políticas públicas em educação, especialmente a partir da década de 1990. Segundo a autora, essa expressão indica uma reestruturação da educação especial, vinculada a uma discussão política mais ampla. Seu trabalho busca explicitar, com isso, a idéia de que a lógica da inclusão presente no documento *Diretrizes para a educação especial na educação básica* aproxima-se dos cânones do Iluminismo.

No artigo “O processo de modernização das universidades públicas federais brasileiras”, Zilda de Araújo Rodrigues analisa o impacto das políticas públicas de educação e suas implicações na estrutura e organização do trabalho acadêmico das universidades públicas federais brasileiras. Analisando a descontinuidade no modelo de universidade, voltada para o mercado, defende o projeto de uma universidade pública, gratuita, laica e de qualidade.

As mudanças que afetam a universidade também constituem objeto de reflexão de Marilúcia de Menezes Rodrigues, no texto “Modernidade e pós-modernidade: as tarefas da universidade”. Segundo essa autora, caberá à universidade promover a discussão sobre a crise do paradigma da modernidade, que lhe está exigindo modificação substantiva. Desse modo, a universidade poderá desafiar a classificação

de categorias preestabelecidas e renovar suas estratégias, sem, no entanto, submeter sua autonomia aos interesses dominantes.

Ainda relacionado a esse tema, João Ferreira de Oliveira, Luiz Fernandes Dourado e Valter Soares Guimarães, com base nos indicadores estabelecidos pela legislação em vigor e nos embates relativos à formação docente para a educação básica, no âmbito nacional e na Universidade Federal de Goiás, promovem uma discussão sobre a formação de professores, propondo componentes curriculares e ações que visem à construção coletiva de um projeto pedagógico de formação dos licenciandos na UFG.

“A formação continuada para os professores de educação física no contexto do projeto de aceleração da aprendizagem em Goiás” discute a concepção de educação física presente na formação continuada dos professores que atuam na rede estadual de Goiás. Num paralelo com a concepção que fundamenta a formação proposta pelas instituições superiores de onde provém a maioria desses profissionais, Wanderson Ferreira Alves analisa criticamente as contradições constatadas em suas observações.

Finalmente, Rúbia de Cássia Oliveira, em “A literatura infantil no Brasil: possibilidades formativas?”, questiona as contradições desse gênero, desde sua origem: a construção propriamente literária, seu valor de mercadoria e de instrumento formador na assimetria entre autor (adulto) e leitor (criança).

Na seção *resenhas*, o livro *A pedagogia na ‘era das revoluções’: uma análise do pensamento de Pestalozzi e Fröebel* é resenhado por Diane Valdez. Nele, Alessandra Arce toma como objeto de análise, numa perspectiva histórico-crítica, de fundamentação marxista, a obra educacional desses dois clássicos da pedagogia, cujo pensamento se desenvolve na turbulenta “era das revoluções” e sob a consolidação do ideário liberal burguês. Além desta, a resenha do livro *Desafiando o Leviatã: sindicalismo no setor público*, anunciada e, por um lapso, não apresentada no v. 27/2 da *Inter-Ação*, é aqui apresentada por Neusa Maria Conceição. O livro resulta de pesquisa acerca do movimento de organização dos funcionários públicos federais desenvolvida por Ângela Belém Mascarenhas.

“A Faculdade de Educação e a formação pedagógica das licenciaturas na UFG”, discutido e aprovado no Conselho Diretor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, em 24 de setembro de 2003, torna pública, na seção *documentos*, a posição da FE/UFG diante da questão da formação pedagógica nos cursos de licenciatura.

Conselho Editorial